

**TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE  
PACIFICAÇÃO MUNDIAL:  
A consagração da responsabilidade penal do indivíduo e a efetiva Justiça  
Penal Internacional<sup>1</sup>**

*Fernanda Baroncini Tavares de Moraes<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Após a consagração dos Direitos Humanos na seara internacional e ao reconhecimento de sua importância para a vida em sociedade houve necessidade da proteção de tais Direitos por meio de mecanismos eficazes. Em consequência à herança amarga deixada pelas Grandes Guerras a comunidade internacional se mobilizou na busca de instrumentos capazes de conter crimes contra a humanidade. Neste contexto, o Tribunal Penal Internacional representa um imenso avanço, pois consagrou a responsabilidade penal individual, essencial para viabilizar a paz e segurança internacionais, através de julgamento justo e, conseqüente combate à impunidade, objetivos almejados por toda a comunidade internacional.

**PALAVRAS CHAVE:** Tribunal Penal Internacional; responsabilidade penal individual; consecução de paz, segurança e justiça internacionais.

**ABSTRACT:** After the consecration of Human Rights in the international scope and the recognition of its importance to life in society was necessary to protect such rights through effective mechanisms. In consequence of the bitter legacy left by the World Wars the international community has mobilized searching for tools to repress crimes against humanity. In this context, the International Criminal Court represents a huge advance because it consecrate the individual criminal international responsibility, essential to make possible international peace and security through fair judgment and, consequently, combating impunity, objectives pursued by the entire international community.

**KEYWORDS:** International Criminal Court; individual criminal international responsibility, achievement of peace, security and international justice.

**SUMÁRIO:** INTRODUÇÃO. 1 DA CONQUISTA DOS DIREITOS HUMANOS À CRIAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL; 2 DO DIREITO INTERNACIONAL E O INDIVÍDUO; 2.1 DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO: CONSAGRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL INDIVIDUAL; 2.1.1 Das Imunidades no Tribunal Penal Internacional; 3 DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL; 3.1 DO SURGIMENTO E ESTRUTURA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL; 3.2 DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PERANTE A CONSTITUIÇÃO

---

<sup>1</sup> Texto extraído de monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Estadual de Londrina, orientada pela Prof. Dra. Tânia Lobo Muniz.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Direito Matutino da Universidade Estadual de Londrina.

FEDERAL BRASILEIRA; 3.3 DA RESPONSABILIDADE PENAL INDIVIDUAL NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EFETIVA JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL; CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo pretende analisar, de maneira sucinta, alguns aspectos do Tribunal Penal Internacional, o qual representa extraordinária evolução no que tange à eficaz proteção dos Direitos Humanos, persecução de justiça, segurança e paz em âmbito internacional. Nota-se que não é possível abordar tal tema sem o prévio exame da evolução dos Direitos Humanos, desde sua conquista, passando pela crise até o alcance da compreensão, pela humanidade, de sua relevância para a manutenção da vida em sociedade, baseada no direito e soberania estatal.

Considerando que o foco deste estudo é a efetivação da Justiça Penal Internacional, por meio do Tribunal Penal Internacional, será dada ênfase à responsabilidade penal individual, reconhecida e adotada pelo Estatuto de Roma, pois, acredita-se que o principal passo dado em busca da verdadeira justiça e segurança internacionais foi a consagração da responsabilidade do indivíduo. Analisar-se-á, portanto, o que significa ser penalmente responsável e como isto repercute na seara internacional, já que o Direito Internacional Público foi construído com base na personalidade exclusiva dos Estados soberanos.

Do exame de tudo o que se coloca como relevante, decorrerá o entendimento acerca do papel do Tribunal no processo de pacificação mundial, importantíssimo numa era em que a tecnologia bélica é extremamente avançada e os interesses particulares dos Estados voltaram a justificar barbáries.

Admite-se que o Estatuto de Roma não é perfeito, e nem unanimidade na comunidade internacional, contudo afirma-se, sem medo, que um enorme passo foi dado para alcançar a paz e a justiça efetivas. Exige-se agora a união de esforços e a superação de obstáculos para o aprimoramento deste instrumento, pois é do interesse de toda a humanidade que cessem as guerras e vigore a paz e segurança internacionais.

As violações aos Direitos Humanos deixaram uma herança amarga e triste espalhada pelo mundo, e, portanto, é necessário abdicar de determinados privilégios e poderes por um bem comum da humanidade. Felizmente as nações caminham no sentido de tornarem realidade o sonho da construção de uma justiça penal internacional.

## 1 DA CONQUISTA DOS DIREITOS HUMANOS À CRIAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Considera-se o Tribunal Penal Internacional como a expressão máxima da garantia aos Direitos Humanos, que foram conquistados lentamente pela humanidade entre lutas ideológicas e guerras sangrentas.

Pela expressão “Direitos Humanos”, atualmente, entende-se aqueles direitos inerentes ao ser humano, os quais pretendem preservar sua dignidade e liberdade perante os outros indivíduos e o Estado. É possível afirmar que os Direitos Humanos representam a vontade de garantir o mínimo de dignidade à vida do homem.

Na busca da afirmação de tais Direitos, destacam-se a Revolução Francesa, a *Bill of Rights* que precedeu a Declaração de Independência Americana, e, posteriormente às Grandes Guerras Mundiais, a Declaração Universal de Direitos Humanos.

Neste contexto, em contrapartida à luta para alcançar a proteção aos Direitos Humanos, as Duas Guerras Mundiais representam uma crise sem precedentes, já que, de modo geral, não respeitaram nem mesmo o mais elementar dos Direitos, qual seja, a vida. Os governantes, mesmo conhecendo a importância de proteção de direitos elementares dos homens, ignoraram totalmente sua existência, e, “protegidos” pela tese da irresponsabilidade (a qual será analisada posteriormente), cometeram atrocidades provocando, assim, uma grande perda para a humanidade.

No período pós-guerra o Estado é considerado o grande violador dos Direitos Humanos, de modo que era preciso o desenvolvimento de mecanismos capazes de defender os indivíduos do autoritarismo estatal. Isto porque, desde a antiguidade, a idéia de inimizabilidade dos líderes governantes<sup>3</sup> está radicada na cultura política, fato que dificultou, durante muito tempo, a punição daqueles que cometeram as mais aterrorizantes atrocidades contra a dignidade da pessoa humana.

---

<sup>3</sup> O ápice desta cultura de irresponsabilidade se deu com o advento da obra “O Príncipe” de Maquiavel, que transformou em doutrina a antiga idéia da inimizabilidade, defendendo a dominação pelo governante, que deveria se manter no poder a qualquer custo, impondo o uso da força para conseguir alcançar seus objetivos. Em seguida, Jehan Bodin (BODIN apud CHEVALLIER, 1973, p. 54), em sua obra “Seis Livros da República” deu contorno jurídico à tese de irresponsabilidade dos governantes, Thomas Hobbes (HOBBS apud CHEVALLIER, 1973, p. 75), em sua obra “O Leviatã”, levou aos extremos a irresponsabilidade dos governantes e Bossuet (BOSSUET apud CHEVALLIER, 1973, p. 93), militante do direito divino dos reis, foi, do mesmo modo, responsável por radicar a tese da irresponsabilidade.

Surge, pois, a **necessidade de se proteger tais direitos de maneira universal**, fazendo com que todos os Estados assumissem o compromisso de fazer valer estes direitos, não apenas no campo teórico, mas principalmente no prático<sup>4</sup>.

Diante da sensação de impunidade e insegurança a sociedade internacional passou a pensar em soluções que trouxessem paz e segurança, desejo antigo de todos os povos, destacando-se como precedentes do Tribunal Penal Internacional os Tribunais Militares do pós Guerra, quais sejam: Tribunal de Nuremberg e de Tóquio<sup>5</sup>; e os Tribunais *ad hoc* dos anos 90 (Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslávia e Tribunal Internacional para Ruanda)<sup>6</sup>.

Logo, percebe-se que o Direito Internacional tomou dimensão maior no que respeita à proteção efetiva e universal dos Direitos Humanos: violações aos Direitos Humanos passaram a ter repercussão mundial.

Foi, portanto, imprescindível o fim da competência exclusiva do Estado no que concerne aos Direitos Humanos, pois apesar de tais Direitos estarem resguardados em âmbito internacional a punição por possíveis violações ficava por conta de cada Estado, o que denota falta de efetividade de tal proteção, já que por diversas vezes os Estados foram omissos no desempenho desta função.

## **2 DO DIREITO INTERNACIONAL E O INDIVÍDUO**

Impõe-se o exame de um tema de grande relevância para o estudo do Tribunal Penal Internacional: a relação entre indivíduo e o Direito Internacional, ou seja, a pessoa humana nas relações internacionais.

Por meio do desenvolvimento do pensamento jurídico, intuiu-se que enquanto os indivíduos não obtivessem *status* de sujeito de direitos e deveres perante a ordem jurídica internacional, dificilmente os institutos e mecanismos que vinham sendo criados para buscar a paz e segurança internacionais atenderiam a seus escopos.

---

<sup>4</sup> Nas palavras de Bobbio: “[...], a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. (BOBBIO, 1992, p. 1)

<sup>5</sup> Basilares ao Direito Penal Internacional, principalmente no que concerne ao julgamento de indivíduos pela ordem internacional, apesar de representar afronta aos princípios básicos de Direito Penal.

<sup>6</sup> Criados pelo Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), deram sustentação política à criação do Tribunal Penal Internacional, pois reafirmaram a vontade universal de garantia da paz e segurança internacionais, na medida em que, pela primeira vez, submeteram-se conflitos internos a Tribunais de jurisdição internacional, dada a transcendência do objeto do julgamento: violação a Direitos Humanos.

Em conseqüência, hoje, os Estados **não** são os únicos sujeitos de Direito Internacional, o que não poderia ser diferente, já que historicamente restou comprovado que o homem, levado por suas ambições e ideologias, comete grande parte dos crimes relevantes para o Direito Penal Internacional e, portanto, não há como eximir sua responsabilidade.

A personalidade internacional do homem era defendida pelos autores clássicos, que consideravam o direito natural a justificativa para tanto, dizendo, de acordo com Kant, que o “homem é um fim em si mesmo” (SANTOS, 1998). Foi no século XIX, época do predomínio dos Estados absolutistas que se impôs a chamada aristocracia de Estados, em que apenas estes entes eram sujeitos da ordem jurídica internacional. A partir do século XX, com as críticas ao absolutismo, surge, novamente, a indagação acerca da personalidade internacional do homem.

Alguns, até hoje, defendem a idéia de que personalidade jurídica do homem em âmbito internacional não seria possível já que os homens não podem reclamar seus direitos internacionalmente e que a responsabilização de indivíduos depende do Estado em que ocorreu o crime ou de que o réu é cidadão. (Cf. REZEK, 2002)

As teorias negadoras da personalidade internacional do homem não têm cabimento no Direito Internacional que se desenvolve atualmente, não há como aceitar outra teoria senão a que considera o homem como sujeito de Direito Internacional, caso contrário, a tutela jurisdicional a ele conferida internacionalmente não passaria de formalismos, normas sem efetividade alguma.

Dentre as concepções afirmativas da personalidade internacional do homem, a mais aceita, hoje, é a que considera **o homem, assim como o Estado e as organizações internacionais, detentor de personalidade jurídica, sendo que apenas sua capacidade jurídica é mais limitada que a do Estado.**

Vale mencionar a posição tomada por Hugo Grotius, para quem

[...] o Estado não é um fim em si mesmo, mas um meio para assegurar o ordenamento social consoante a inteligência humana. Os sujeitos têm direitos assim como o Estado soberano o qual, por isso, tem sua razão limitada, não podendo exigir obediência dos cidadãos de forma absoluta. A comunidade internacional não pode, assim, basear-se na *voluntas* de cada Estado individualmente. (GROTIUS *apud* CARVALHO e ARAÚJO, 2008)

Por tudo o que foi analisado, infere-se que é o indivíduo o fim último de toda a criação social e jurídica sendo, pois, inevitável lhe conferir personalidade jurídica

internacional. Assim, na medida em que ocorrem violações que atingem toda a comunidade internacional o homem deve ser responsabilizado e punido por seus atos.

## **2.1 DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO: CONSAGRAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PENAL INDIVIDUAL**

Preliminarmente, relevante entender o que significa ser penalmente responsável: a responsabilidade alude ao dever que todo o imputável tem de responder pelos atos que comete, de maneira que deverá prestar contas pelo fato-crime cometido, sofrendo as consequências jurídico-penais previstas legalmente para aquela conduta (Cf. TOLEDO, 2002, p. 272 ss.)

Desse modo, e seguindo a linha de raciocínio de DINH, DAILLIER e PELLET (2003, p. 718 ss.), é essencial enfatizar que não há a concreta responsabilidade penal do indivíduo, na ordem internacional, enquanto o Direito Internacional não determinar quais são as condutas consideradas infrações penais.

Logo, implicitamente, a responsabilidade internacional do indivíduo vem sendo reconhecida há tempos; após as tragédias vivenciadas por ocasião das guerras, tal instituto tomou grande relevância, certamente porque se observou que o não reconhecimento do homem como sujeito de deveres internacionais poderia gerar catástrofes devido à impunidade que os cercava e de certo modo protegia.

Ressalta-se que foi depois dos julgamentos pelos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio que se evidenciou a distinção entre a responsabilidade penal internacional do Estado e daquele que age em seu nome. Além disso, as mencionadas Cortes tiveram papel fundamental na definição dos crimes que poderiam ser praticados por agentes públicos, eram três: crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Historicamente comprovou-se que muitos daqueles que têm poderes em suas mãos (já que de certo modo os agentes públicos têm parcela do poder material do Estado) são levados, por suas ambições e ideologias, a cometerem delitos gravíssimos. Por isso, a partir do momento que tais condutas violam direitos básicos dos homens e que atingem a comunidade internacional os culpados devem ser punidos e nada mais justo que tenha competência para o julgamento um Tribunal Internacional, de todos, desde que assegurado um processo justo calcado em princípios básicos de direito penal.

Hoje, afirma-se que o fundamento do Direito Penal Internacional é, justamente, a responsabilidade penal individual. E esta afirmação tem razão de ser na medida em que é a consagração de tal responsabilidade que viabiliza o exercício efetivo da jurisdição penal internacional.

Com certeza, um dos mais importantes princípios firmados no Estatuto de Roma (art. 25 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional) é o da responsabilidade penal internacional dos indivíduos, pois assegura maior efetividade na punição das violações ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, e, finalmente, reforça a aplicabilidade de um princípio adotado nesta seara há algum tempo.

### 2.1.1 Das Imunidades no Tribunal Penal Internacional

A imunidade diplomática, decorrência do princípio da intreterritorialidade, é instituto muito antigo no Direito Internacional, e traduz uma exceção à aplicação da responsabilidade penal a determinadas pessoas em determinadas situações. Desde a Antigüidade tal prerrogativa<sup>7</sup> foi atribuída àqueles que estavam em missão diplomática, ou seja, representando seu Estado dentro da jurisdição de outro. Representa, pois, uma excludente de punibilidade.

O Estatuto de Roma, em seu artigo 27, exclui expressamente qualquer tipo de imunidade devido à qualidade oficial da pessoa, impondo o tratamento igual a todos os indivíduos. **A qualidade oficial não isenta, portanto, o agente do delito de responsabilidade criminal e nem representa causa de diminuição de pena.**

Aparentemente, pode surgir, de uma leitura rápida da Convenção de Viena de 1961 e do Estatuto de Roma, um aparente conflito entre tais diplomas internacionais, o que em verdade não ocorre, porque há naquela Convenção uma proteção ao Estado Soberano em suas relações internacionais, enquanto no Estatuto a responsabilidade é atribuída ao indivíduo e não ao Estado, como já se analisou em linhas anteriores.

Note-se que a própria Convenção tem como objetivos a manutenção da paz mundial e da segurança internacional, objetivos também perseguidos pelo Estatuto de Roma e, por óbvio, por toda a sociedade internacional. Por conseguinte, a exclusão total das

---

<sup>7</sup> Prerrogativa porque está ligada à função de agente diplomático, não se confundindo com privilégio, que é pessoal, ou seja, ligado à pessoa em particular. Pode-se dizer, portanto, que a concessão de tal prerrogativa aos agentes diplomáticos encontra fundamento “no respeito e consideração ao Estado que representam, e na necessidade de cercar sua atividade de garantia para o perfeito desempenho de sua missão diplomática” (FRAGOSO apud MIRABETE, 2005, p. 82).

imunidades pelo Estatuto de Roma, não fere, de forma alguma, a Convenção de Viena, visto que ambos os documentos internacionais pretendem alcançar objetivos, no mínimo, semelhantes.

Além do mais, não seria lógico deixar que tais imunidades fossem excludentes de responsabilidade penal, pois, sabe-se que, se não todos, a maioria dos delitos tipificados neste Estatuto são viabilizados com mais facilidade quando há participação de pessoas ocupantes de cargos oficiais..

Nota-se que a criação do Tribunal Penal Internacional simboliza a valorização da tutela dos Direitos Humanos, e a proteção efetiva dos indivíduos por meio de uma Justiça Penal Internacional capaz de proporcionar aos cidadãos do mundo inteiro um de seus direitos básicos: **o direito à paz**. A comunidade internacional entendeu a importância de proteger os indivíduos das barbáries cometidas em períodos anteriores e compreendeu que isto não seria viável sem responsabilizar os indivíduos, tornando-os, pois, sujeitos perante a ordem internacional.

Finalmente parece que a sociedade caminha para a verdadeira justiça e, portanto, através da consolidação destas idéias somada ao respeito aos Direitos Humanos, a paz e segurança internacionais serão alcançadas.

### **3 DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL**

#### **3.1. DO SURGIMENTO E ESTRUTURA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL**

Os Tribunais Internacionais que vinham julgando crimes contra os Direitos Humanos não correspondiam, de maneira satisfatória, aos escopos buscados pela comunidade internacional, qual seja, o de fazer cumprir o direito, já que, transgrediram alguns dos princípios fundamentais de Direito Penal. Portanto, não demorou muito para que fosse idealizado um Tribunal Internacional Permanente que atendesse às necessidades da comunidade internacional agindo de acordo com os preceitos legais básicos.

Dessa forma, nasce o TPI, como solução aos impasses decorrentes dos julgamentos pelos tribunais de legitimidade duvidosa.

Com sede em Haia, foi criado por meio de uma convenção multilateral em meados de 1998. Possui personalidade jurídica internacional e capacidade jurídica necessária

ao desempenho de suas funções (art. 4 do Estatuto de Roma), e está calcado no princípio da complementaridade, agindo apenas quando esgotadas ou falhas as instâncias internas dos Estados.

Tem competência para julgar os crimes contra a paz, crimes de guerra, genocídio e agressão<sup>8</sup>, cometidos nos Estados-Partes (incluindo-se suas extensões territoriais, como as embarcações) ou por nacional destes Estados. A competência para o julgamento alcança apenas os delitos cometidos após a entrada em vigor do Estatuto, vale lembrar que se um Estado aderir ao Estatuto depois de sua entrada em vigor, a jurisdição só poderá ser exercida pelo Tribunal quando da vigência do documento no respectivo Estado. Adverte-se que os crimes de competência do Tribunal são imprescritíveis.

A composição do Tribunal, de acordo com o art. 34 do Estatuto de Roma, é a seguinte: Presidência; Secção de recursos, uma secção de julgamento em 1.<sup>a</sup> instância e uma secção de instrução; Gabinete do Procurador<sup>9</sup>; Secretaria.

O Tribunal Penal Internacional é considerado, pelos estudiosos, uma grande evolução no que tange à proteção dos direitos na seara internacional. Isto se deve à organização complexa deste Tribunal que traduz a característica de instituição independente, transmitindo à comunidade internacional uma sensação de transparência e segurança em relação aos julgamentos<sup>10</sup> que venham a ser realizados por este organismo.

No que tange aos recursos, destaca-se que a devolução de matérias no TPI é feita por meio da apelação e da revisão de sentença.

As penas aplicáveis aos crimes submetidos ao julgamento desta Corte estão elencadas no art. 77 do Estatuto. São elas: pena de reclusão por período não superior a trinta anos, e pena de prisão perpétua, quando justificada pela extrema gravidade do crime ou pelas condições pessoais do condenado. Além disso, é possível aplicar facultativa ou

---

<sup>8</sup> Os arts. 6º a 8º do Estatuto de Roma definem detalhadamente cada crime de competência do Tribunal Penal Internacional. Nota-se que o crime de agressão carece desta definição, o que causa certas dúvidas acerca da conduta que se pretendeu tipificar.

<sup>9</sup> A iniciativa da investigação fica a cargo do promotor, que dá início ao procedimento investigatório de ofício ou a requerimento do Conselho de Segurança (CS), o que denota a independência do órgão de persecução penal, característica muito importante! Ressalta-se que o TPI não tem polícia própria, por isso, o bom andamento do processo, para a consecução dos escopos do julgamento, dependem da cooperação dos Estados. A cooperação é um dos deveres impostos pelo Estatuto aos Estados que, ratificaram o tratado, se submetendo às obrigações que lhes são impostas.

<sup>10</sup> Ressalta-se que, durante o processo, são assegurados direitos ao acusado, dentre os quais o princípio da presunção de inocência. Além disso, assim como no ordenamento pátrio, as provas produzidas por meios ilícitos não são permitidas.

cumulativamente a pena de multa e o seqüestro do produto, dos bens ou haveres procedentes direta ou indiretamente do crime.

A Corte tem a faculdade de escolher em qual Estado (dentre aqueles que se dispõe a receber os condenados) será cumprida a pena, sempre considerando as maiores condições de aplicação da norma internacional sobre tratamento de presos, nacionalidade e opinião do acusado etc. (cf. STEINER). Importante destacar que o preso pode ser removido para outro Estado a qualquer tempo, a pedido dele ou até mesmo de ofício pelo TPI.

Os julgamentos feitos pelo TPI prometem buscar a efetiva justiça, a qual é alcançada através de um julgamento justo, transparente e que assegura direitos básicos aos condenados, pois não se pode tentar “reparar” o dano causado à humanidade por meio de um julgamento que cause injustiça.

### **3.1.1 Dos Princípios Gerais de Direito Penal no Estatuto de Roma**

A parte III do referido diploma legal (arts. 22 a 33) elenca os princípios que irão reger o julgamento no TPI. São eles:

- a) *Nulum crimen sine lege*: como decorrência deste princípio entende-se que ninguém será penalmente responsável por crime que não esteja, no momento em que ocorrer, previsto como conduta típica sob jurisdição do TPI e, ainda, que a interpretação dos crimes será realizada de maneira restritiva (não admite analogia em prejuízo do réu);
- b) *Nulla poena sine lege*: as penas aplicáveis devem ter previsão no Estatuto (vale lembrar que tal princípio respeita à qualidade da pena, já que o diploma não prevê a quantidade de pena aplicável a cada crime, ficando isto a cargo do juiz);
- c) Irretroatividade *ratione personae*: somente haverá responsabilidade por crimes previstos no Estatuto após sua entrada em vigor. Há previsão de aplicação do direito mais favorável ao acusado, quando ocorre mudança benéfica antes da sentença definitiva;
- d) Responsabilidade penal individual: sendo este tema de grande relevância ao texto, já foram mencionadas algumas peculiaridades acerca da responsabilidade individual no âmbito penal internacional, além disso, foi reservado tópico específico deste capítulo para discussão do tema. Cabe, pois, nesta oportunidade, apresentar as características principais deste

princípio: são responsáveis criminalmente perante a ordem internacional, as pessoas naturais que cometerem crimes de jurisdição do TPI (há previsão de autoria e participação), desconsideram-se as qualidades oficiais dos indivíduos (ou seja, não se aplicam as imunidades) e a responsabilidade do Estado não é ilidida pela responsabilização do indivíduo, tendo parcela de responsabilidade no crime, responderá junto com ele.

Destaca-se que os menores de 18 anos são inimputáveis, e que o Estatuto prevê algumas eximentes da responsabilidade, tais como: legítima defesa, coação sob ameaça de morte ou lesão grave, doença mental, dentre outras.

e) Elementos de intencionalidade: diz-se que são puníveis os crimes cometidos intencionalmente e com conhecimento dos elementos materiais do crime (Art. 30, 2 do Estatuto de Roma).

Observa-se, portanto, que o Estatuto de Roma foi cauteloso ao adotar princípios essenciais do Direito Penal, conferindo, assim, credibilidade aos seus julgamentos e uma sensação de maior justiça na ordem penal internacional.

### **3.2 O TRIBUNAL PERANTE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Da análise do conteúdo do Estatuto, num primeiro momento, notam-se alguns conflitos aparentes entre eles e a legislação brasileira. Porém diante deste impasse diversos doutrinadores estudaram o tema e atualmente, cerca de seis anos após a entrada em vigor do Estatuto no Brasil, grande parte da doutrina converge a um posicionamento favorável ao TPI e explica que os conflitos inicialmente apontados são simplesmente aparentes.

Considerando que o enfoque deste estudo é a consagração da responsabilidade individual como um meio eficaz na consecução da paz e segurança internacionais, não cabe uma análise profunda do tema, entretanto, vale lembrar duas questões que em não sendo elididas podem interferir na eficácia do Tribunal perante o ordenamento brasileiro.

Valério de Oliveira Mazzuoli (MAZZUOLI, 2005, p. 65/76) estudou o tema e trouxe conclusões elucidativas a respeito. O mencionado autor resume os conflitos em:

a) Entrega de nacionais ao TPI: é possível elidir tal “conflito” facilmente, já que a Constituição Federal Brasileira veda a extradição de nacionais e o Estatuto de Roma trata da entrega de pessoas para serem julgados pelo TPI.

A diferença reside no fato de que na entrega procede-se a entrega a um Tribunal de jurisdição internacional, enquanto na extradição o que ocorre é a entrega do indivíduo de um Estado a outro. No momento em que os Estados-partes admitiram a jurisdição do TPI tornaram-na tão soberana e competente quanto a jurisdição de seu próprio Estado, ou seja, a disposição convencional não fere nenhuma garantia constitucional.

b) Pena de prisão perpétua: aqui a questão se reveste de maior complexidade, contudo, em defesa da inexistência do conflito, pode-se dizer que a Constituição Federal permite até mesmo a pena de morte em caso de guerra declarada, proibindo penas perpétuas, o que é um pouco discrepante, na medida em que o direito metaindividual à vida, pode ser desconsiderado, mas o cerceamento da liberdade não pode ocorrer em hipótese alguma.

Além disso, o STF tem autorizado extradições de indivíduos para países que admitem a pena de prisão perpétua, assim, seria ilógico afirmar que há um conflito entre tal previsão do Estatuto e as normas constitucionais brasileiras.

c) Imunidades e o foro por prerrogativa de função: o Estatuto do TPI deixa claro que não se aplicam os privilégios e imunidades ligadas ao exercício de cargos oficiais, isto porque, como já enfatizado diversas vezes neste texto, notou-se que os piores crimes perpetrados contra a humanidade, são cometidos por pessoas que “se escondem” atrás destas prerrogativas (Cf. MAZZUOLI, 2005). Desta forma, e vez que o Estado brasileiro, ao ratificar tal norma convencional, admitiu como certa tal disposição não pode deixar de lutar pela segurança e justiça internacionais para defender e, até beneficiar criminosos.

d) Reserva legal: primeiramente é essencial entender o que significa o princípio da reserva legal. Para muitos é sinônimo de princípio da legalidade, para outros é um dos elementos que compõem o dito princípio.

Faz sentido pensar que reserva legal somada à anterioridade resultam na legalidade, já que este último princípio, de importância reconhecida no direito penal, prevê, em suma, que não haverá crime nem pena sem prévia (anterioridade) previsão legal (reserva legal). Bem por isso, não há como dizer que existe um conflito entre a CF e o Estatuto de Roma, basicamente, por dois motivos: 1) tal documento assegura, em seus artigos 22 e 23, os

princípios *nullum crimen sine lege* e *nulla poena sine lege*; 2) hoje, confere-se, status supra-legal (ou status de Emenda Constitucional) às normas de direito internacionais que versem sobre direitos humanos e que sejam aprovadas no Congresso Nacional pelo mesmo quorum exigido para as EC. Logo, nota-se que este conflito não existe, já que as normas constantes do Estatuto estão hierarquicamente acima da lei e, além disso, não há o que falar sobre violação de alguma garantia ao acusado se o documento convencional consagra as principais decorrências do princípio da legalidade. e) Coisa julgada: no que tange à previsão constitucional da coisa julgada, vale lembrar que o TPI tem jurisdição complementar, ou seja, a coisa julgada não será atingida por novo julgamento pelo Tribunal, pois este somente agirá caso não haja possibilidade ou iniciativa de ação pelo Estado-parte. Concernente ao reexame das questões já decididas em último grau pelo judiciário nacional pelo Tribunal vale lembrar que o TPI assegura direitos aos condenados sendo improvável que a revisão o prejudique.

Conseqüentemente, infere-se que a implementação das normas estabelecidas pelo Estatuto de Roma é plenamente possível no Brasil, que tem o dever de fazê-lo em benefício de toda a humanidade, que já sofreu grandes perdas devido à falta de regulamentação de condutas criminosas, prevenção aos crimes e impunidade.

### **3.3 DA RESPONSABILIDADE PENAL DO INDIVÍDUO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EFETIVA JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL**

Observou-se por todo o texto desenvolvido que o TPI representa um marco na efetiva proteção dos Direitos Humanos, bem como em termos de garantias e princípios assegurados para um julgamento justo e digno de fazer justiça efetivamente.

Neste sentido, considera-se a consagração da responsabilidade penal individual na seara internacional a principal conquista da comunidade internacional, pois é de extrema importância a submissão dos indivíduos à jurisdição internacional para que a paz, segurança e justiça internacionais sejam alcançadas de modo digno e efetivo, como deve ser.

Assim, torna-se, após o prévio entendimento de todos os institutos jurídicos necessários, a analisar a questão da responsabilidade penal individual, de modo conclusivo.

O Estatuto do TPI consagra a responsabilidade penal individual nos seguintes termos (de acordo com o art. 25, 3): “[...] autoria imediata (individual); co-autoria (com outro(s)) e autoria mediata (por meio de outra pessoa).” (CHOUKR, 2000, p. 33). Além disso, prevê formas de participação, quais sejam, ordenar, propor ou induzir a prática do crime, consumado ou tentado e, ainda, facilitar, ajudar, encobrir ou colaborar de algum modo para a consecução da conduta criminosa, na maneira tentada ou consumada. Estende-se, também, a autoria àqueles que fazem com que pessoas sob seu comando pratiquem crimes, e àqueles que comandam a prática de crimes.

Observa-se que a norma convencional é bastante abrangente, procurando coibir a prática de crimes de modo concreto e justo, já que os agentes, com respaldo no princípio da anterioridade, terão plena consciência de que seus atos configuram condutas criminosas perante este Tribunal.

Por fim, pode-se dizer que o TPI, como marco que é, tenta buscar a justiça penal internacional através do julgamento de indivíduos. Finalmente resta demonstrado que “neste novo milênio ficará claro para todos que o único e real vetor da guerra é a morte” (ARAÚJO, 2007, p. 296), e por isso, deve-se incentivar e buscar sempre meios que coíbam a guerra, e os crimes contra os Direitos Humanos. A conquista destes Direitos merece ser reconhecida como um fundamento do Estado democrático de Direito, e sendo assim, não pode sucumbir a interesses estatais particulares e ambições que levam à destruição total da humanidade.

Para a manutenção da vida em sociedade da maneira como foi construída, é essencial que criações importantes como o Tribunal Penal Internacional sejam estimuladas, e que a implementação de novos institutos conte com respaldo universal.

## **CONCLUSÃO**

Observou-se que a paz, a justiça e a segurança desde há muito são aspirações da humanidade, e, apesar de toda a transformação e evolução das relações humanas, durante tempos, não se permitiu que tal almejo fosse alcançado. A luta pela conquista dos Direitos Humanos fez nascer nos homens um sentimento de “querer ser respeitado”, fato que modificou de modo crucial o rumo dos fatos dali em diante, pois, inseriu-se na sociedade, preceitos e direitos antes impensados.

Quando a tudo isso sobreveio a crise acerca do valor daqueles Direitos, em que prevaleceu a ânsia pelo poder e as barbáries contra os homens, determinou-se o início de uma nova era, que pretendia não deixar impunes atrocidades cometidas contra a humanidade, as quais vinham chocando toda a sociedade internacional, neste contexto inicia-se a luta por um Tribunal Internacional Permanente.

Pôde-se inferir através deste estudo que a intolerância à irresponsabilidade dos governantes, incitou uma revolução, e até mesmo o Direito Internacional, ciência antiga com fundamentos calcados na desconsideração do homem como sujeito de direito, teve que mudar seus institutos para se adaptar à nova ordem que sugira. Neste contexto, a mentalidade dos internacionalistas começou a sofrer mudanças significativas, voltando a adotar concepções que os estudiosos já afirmavam em tempos remotos, quando do surgimento do “direito das gentes”: o homem como sujeito de direitos e deveres na ordem internacional.

A partir disso as coisas começam a mudar, como foi possível perceber no decorrer do desenvolvimento deste texto. Nesta atmosfera nova, que para a realidade atual faz muito mais sentido, o marco foi, sem dúvida, a criação do Tribunal Penal Internacional.

Salienta-se que o TPI assegurou um processo calcado em princípios básicos de direito penal, fato que despertou a segurança jurídica e o sentimento de esperança que a justiça penal seja efetivada através deste instrumento sem precedentes. Talvez isso foi o que deu legitimidade a esta criação, pois não há como fazer justiça com injustiça, ou seja, os Tribunais Militares e os *ad hoc* que foram, no passado constituídos para fazer cessar as violações aos Direitos Humanos, não asseguravam um julgamento justo, conseqüentemente acabavam por não fazer justiça.

Inferre-se que a principal conquista do TPI foi a consagração da responsabilidade penal individual. Os dizeres de Giselle Ferreira de Araújo resumem tal importância: “Os Direitos Humanos devem prevalecer sobre os erros humanos e a lei internacional também deve prevalecer sobre os crimes internacionais. Nenhum indivíduo em nenhuma nação deveria poder tomar a lei em suas próprias mãos.” (ARAÚJO, 2007, p. 295)

Conclui-se, de tudo o que foi analisado, que o sonho de alcançar a efetiva justiça penal internacional, a paz e a segurança está começando a se realizar, e o principal instrumento que a comunidade internacional tem em mãos é o TPI. A idéia de uma justiça penal internacional vem se consolidando aos poucos, o primeiro e grande passo foi dado,

agora se faz necessária a união de esforços e vontade política para que tudo isso saia do papel e ele desempenhe sua função precípua: proporcionar paz à sociedade internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Luiz. *Síntese e Crítica da obra “O Príncipe”*. Disponível em: <[http://www.pampalivre.info/o\\_principe\\_de\\_maquiavel.htm#Os%20Dez](http://www.pampalivre.info/o_principe_de_maquiavel.htm#Os%20Dez)>. Acesso em 03 mar 2008.

ALEMANHA (país). DW – World.DE. Deutsche Welle. *Tribunal Penal Internacional torna-se realidade*. Alemanha, 2002. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,495408,00.html>>. Acesso em 25 fev 2008.

ALEMANHA (país). DW – World.DE. Deutsche Welle. *Tribunal de Nuremberg revolucionou a Justiça internacional*. Alemanha, 2005. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1783063,00.html>>. Acesso em 25 fev 2008.

ARAÚJO, Giselle Ferreira de. *Proteção dos direitos humanos por organismos internacionais: controle e coercitibilidade: Tribunais Penais Internacionais*. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, ano 15, n. 58, p. 280-305, jan./março, 2007.

BARBOSA, Salomão Almeida. *Tribunal Penal Internacional: afirmação contemporânea de uma idéia clássica e sua recepção na Constituição Federal brasileira*. Distrito Federal, 2005. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília-UniCEUB, Brasília. Disponível em <[http://209.85.215.104/search?q=cache:eF1vOL7smxAJ:bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/2286/3/Tribunal\\_Penal\\_Internacional.pdf+discussoes+previas+ao+tpi&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br](http://209.85.215.104/search?q=cache:eF1vOL7smxAJ:bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/2286/3/Tribunal_Penal_Internacional.pdf+discussoes+previas+ao+tpi&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br)>. Acesso em 5 maio 2008.

BARRAL, Welber. *Tribunais Internacionais: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

CALETTI, Cristina. *Os precedentes do Tribunal Penal Internacional, seu estatuto e sua relação com a legislação brasileira*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 64, abr. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3986>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

CARVALHO, Luiza Starling de e ARAÚJO, Priscilla Clementino. *O Tribunal Penal Internacional e a consagração do princípio da responsabilidade penal internacional individual*. Centro de Direito Internacional. Revista Eletrônica de Direito Internacional, 2008. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/Luiza%20e%20Priscilla%20DH.pdf>>. Acesso em 3 maio 2008.

CASTRO, Tony Gean Barbosa de. *Consolidação da responsabilidade penal internacional do indivíduo com o advento do Tribunal Penal Internacional permanente*. Jus Navigandi,

Teresina, ano 9, n. 639, 8 abr. 2005. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6565>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas. De Maquiavel a nossos dias*. Tradução de Lydia Christina. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1973.

CHOUKR, Fauzi Hassan e AMBOS, Kai. *Tribunal Penal Internacional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 16 ed., atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 179.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick e PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GHIDALEVICH, Fabíola Girão Monteconrado. *O Estatuto de Roma e o Princípio da Legalidade: os limites da imputação penal internacional*. Santa Catarina, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito: área e concentração: Direito, Estado e Sociedade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/O%20estatuto%20de%20Roma.pdf>>. Acesso em 3 maio 2008.

GOMES, Luiz Flávio e PIOVESAN, Flávia. *O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direitos brasileiro*. São Paulo: RT, 2000.

HERKENHOFF, João Baptista. *Conceito de Direitos Humanos. Estudo histórico dos Direitos Humanos numa perspectiva Global*. DHnet. Gênese dos Direitos Humanos vol. 1. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/conceito.html>>. Acesso em: 12 jun 2008.

LEAL, Débora Alcântara de Barros. *O ser humano como sujeito de Direito Internacional*. Prim@facie, João Pessoa, ano 2, n. 3, p. 42-56, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/primafacie>>. Acesso em: 11 mar 2008.

LEVANDOWSKI, Enrique Ricardo. *O Tribunal penal Internacional: de uma cultura de impunidade para uma cultura de responsabilidade*. Estudos Avançados, São Paulo, 2002, v. 16, n. 45, maio/agosto, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200012)>. Acesso em 10 fev 2008.

MARRUL, Indira. *Tribunal Penal Internacional*. Revista Mundo e Missão. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/globalizacaopenal.htm>>. Acesso em 25 abril 2008.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Tratados Internacionais*. 2 ed., revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Vol.1. 15 ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Vol.2. 15 ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. Vol. 1. 22 ed., revista e atualizada por Renato N. Fabbrini. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2005.

MÜLLER, Mary Stela e CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias*. 6 ed. revista e atualizada. Londrina: Eduel, 2007.

PINHEIRO, Carla. *Direito Internacional e Direitos Fundamentais*. São Paulo: Ed. Jurídico Atlas, 2001.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, André de Carvalho. *Direitos Humanos em juízo*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2001.

REZEK, J. F. *Direito Internacional Público*. Curso Elementar. 9 ed., revista. São Paulo: Saraiva, 2002.

REZEK, Francisco. *Tribunal Penal Internacional: Princípio da Complementariedade e Soberania*. Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, nº 11 (Brasília: agosto de 2000). Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero11/PainelVI-1.htm>>. Acesso: 21 mar 2008.

SANTOS, Fernando Ferreira dos. *Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana*. Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 27, dez. 1998. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2008.

SILVA, G. E. do Nascimento e ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. 15 ed., revista e atualizada por Paulo Borba Casella e colaboradores. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24 ed., revista e atualizada nos termos da Reforma Constitucional. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

STEINER, Sylvia Helena F. *O Tribunal Penal Internacional*. [S.I]: Direitos Humanos na Internet. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/tpi/tpi\\_steiner.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/tpi/tpi_steiner.html)> Acesso em: 10 abril 2008.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de Direito Penal*. 5 ed., 11 tiragem. São Paulo: Saraiva, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A proteção internacional dos Direitos Humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, , 2002.